

EDITORIAL

Há quatro anos ao lançar o n.º 6 deste periódico, elegemos como tema para seu Editorial, o salário mínimo. Naquele momento relembávamos que há 60 anos o Brasil havia implementado a noção de um piso salarial mínimo para todos os trabalhadores empregados. Chamávamos a atenção para o fato de que a legislação que implementou o primeiro salário mínimo interpretou-o rigorosamente como salário de subsistência do trabalhador individualmente, passando somente na Constituição de 1946 a incorporar a satisfação das necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário e transporte da família. Não tendo sido previsto na legislação nem nos critérios de cálculo nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho, o mesmo só veio perdendo seu poder real de compra. Isto ocorreu em sessenta anos de muito autoritarismo político, dentre os quais 21 sobre a ditadura militar. Interpretávamos como a grande causa da perda real do poder de compra do Salário Mínimo a vontade política dos governantes brasileiros, a opção clara por uma forma de desenvolvimento excludente, fundado na concentração de renda.

O crescimento da pobreza no Brasil nos anos 1990, o aumento do desemprego em todos os níveis, resultando em crescimento da informalidade nas relações de trabalho, na precarização das relações contratuais entre empregado e empregador, no subemprego, agudizaram ainda mais os problemas de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros. No campo teórico as pesquisas começaram a deslocarem seus objetos das relações internas ao processo de trabalho para o mercado de trabalho. A ameaça do desemprego estrutural em todo o mundo como resultado imediato da reestruturação produtiva emergiu como tema central das investigações no campo trabalho e educação. As mudanças na composição da classe trabalhadora passou a demandar novas análises, culminando nas polarizações engendradas pela polêmica em torno do fim da centralidade do trabalho.

Os anos 1990 contudo, vão representar para nós brasileiros uma década de reformas. Os oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso alteraram significativamente as principais políticas públicas no Brasil. Da educação à Previdência Social tudo foi objeto de reforma. Os trabalhadores assalariados foram os principais alvos dos cortes de cobertura das políticas reformadas. À medida que diminuía os empregos formais e regulamentados reforçavam-se os discursos e reclames em torno da noção da empregabilidade e a defesa do empreendedorismo como modelo de êxito social. Aos trabalhadores só restavam investir em sua própria formação como atitude defensiva em um contexto tão hostil ao trabalho regulamentado.

No momento em que é eleito um novo governo, que se autodenomina democrático popular, personificado em um presidente de origem pobre, nordestino, imigrante, operário e sindicalista, renovam-se as esperanças. Passado um ano de governo, permanecem a nos inquietar os mesmos refratários

problemas de antes: a pobreza, o desemprego, as desigualdades sociais. E mais uma vez assistimos a procrastinação da definição do reajuste do Salário Mínimo. Eleito com a promessa de dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos de governo, o presidente Lula agora teme que a recuperação efetiva do mesmo possa pôr em risco a estabilidade econômica do país. Que estabilidade?

Para os milhões de desempregados brasileiros que procuram uma ocupação remunerada, capaz de garantir-lhes um padrão mínimo de sobrevivência e não encontram; para outros que atuam na informalidade percebendo muitas vezes pagamento inferior ao piso mínimo legal; tantos outros miseráveis que dependem da filantropia ou da assistência social para sobreviverem e, ainda, os milhões de empregados cuja remuneração não excede ao salário mínimo, o sentimento predominante é o de absoluta instabilidade.

É neste contexto que o presente número da Revista Trabalho e Educação se insere. Os artigos aqui reunidos são contribuições ao debate que se faz necessário sobre o futuro do trabalho no Brasil.

Dalila Andrade Oliveira

Coordenadora do Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação